

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.736.228 - BA (2018/0089069-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**RECORRENTE** : **ARI FERREIRA DE ALMEIDA - ESPÓLIO**  
**REPR. POR** : **MARIA ANGELA ALMEIDA GARCEZ - INVENTARIANTE**  
**ADVOGADOS** : **SYLVIO GARCEZ JUNIOR - BA007510**  
: **ANA CAROLINA ALVES BARRETO E OUTRO(S) - BA018476**  
**RECORRIDO** : **ADALBERTO DE SOUZA COELHO**  
**ADVOGADO** : **ANDRÉ BARBOSA SAMPAIO DE SOUZA E OUTRO(S) -**  
: **BA014751**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto com arrimo nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, em face de v. acórdão prolatado pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, assim ementado:

*APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. NOTA PROMISSÓRIA. PRESTAÇÃO DE AVAL. AUSÊNCIA DE OUTORGA UXÓRIA. INOPONIBILIDADE DO TÍTULO AO CÔNJUGE QUE NÃO ASSENTIU.*

*RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS HERDEIROS PELA DÍVIDA DEIXADA PELO AUTOR DA HERANÇA. PRELIMINARES.*

*1- NULIDADE DA SENTENÇA. IMPOSSIBILIDADE DE JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. INOCORRÊNCIA.*

*A presente prefacial não merece prosperar, pois o caso dos autos trata tão somente de matéria de direito, o que permite ao Julgador aplicar o disposto no artigo 330, I, do CPC/73. Não há que se falar em nulidade do julgado. Preliminar que se rejeita.*

*2- VIOLAÇÃO AO ARTIGO 93, INCISO IX, DA CARTA REPUBLICANA.*

*Não verificada a violação alegada, tendo em vista que o juiz de piso fundamentou muito bem suas razões de decidir, inclusive deixando expressos os dispositivos de lei utilizados e colacionando jurisprudência atualizada acerca da matéria em análise. Preliminar não acolhida.*

*3- ÔNUS DA PROVA. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 5º, INCISOS, LIV, LV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ARTIGO 333, INCISO II, DO CPC/73. O caso dos autos não trata de matéria de fato em que se faz necessária a instrução probatória, mas sim matéria de direito que possibilita o julgamento da lide conforme os documentos colacionados pelos litigantes. Portanto, não há qualquer violação aos dispositivos legais mencionados. Preliminar rejeitada.*

*No mérito, a garantia do aval obriga de forma solidária os*

*herdeiros do avalista, devendo estes responder pelas dívidas, nos limites da herança, consoante dispõe o art. 1.792 do Código Civil. Ademais, a ausência de outorga uxória caracteriza apenas a inoponibilidade do título ao cônjuge que não assentiu, devendo seu quinhão ser resguardado.*

*Assim, o aval prestado sem a outorga uxória não torna o título nulo, mas inoponível ao cônjuge, o que tem a finalidade de proteger os interesses do credor de boa -fé e do cônjuge que não anuiu à garantia.*

*Assim, não há que se falar em reforma do julgado.*

**APELO NÃO PROVIDO.**

**SENTENÇA MANTIDA.** (e-STJ, fls. 145/146)

Opostos embargos de declaração, restaram rejeitados (e-STJ, fls. 188/191).

Nas razões do recurso especial, o recorrente alega ofensa aos artigos 4º e 5º da Lei 4.657/42; 330 e 333 do Código de Processo Civil/73; 1.642, 1.647 e 1.649 do Código Civil, bem como divergência jurisprudencial. Sustenta, em síntese, a) "*a nulidade do aval conferido como garantia de nota promissória, diante da ausência de outorga uxória, porquanto o de cujos (avalista) e sua esposa foram casados no regime da comunhão universal de bens*" ; b) "*houve julgamento antecipado da lide sem prévio aviso e em prejuízo da produção de prova, em que pese o Recorrente intentasse demonstrar a ausência de negócio jurídico apto e legítimo a subsidiar o título executivo*".

Contrarrazões apresentadas às fls. 414/422, e -STJ.

É o relatório. Decido.

Cumpre salientar que o presente recurso será examinado à luz do Enunciado 3 do Plenário do STJ: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*"

No tocante à suposta violação aos artigos 330 e 333 do CPC/73, a Recorrente defende que deveria ter sido realizada maior instrução probatória. Por sua vez, o eg. TJ-BA, soberano na análise do acervo fático-probatório carreado aos autos, concluiu que a validade do título de crédito e garantia do aval prestado pelo autor da herança, dispensa instrução processual, sendo a prova apenas documental, como se infere da leitura do seguinte excerto do v. acórdão estadual:

*"O feito prescinde de dilação probatória, sendo esta hipótese de*

*julgamento antecipado da lide, não havendo que se falar em nulidade do julgado. Preliminar que se rejeita. (...)*

*Nesse ínterim, inexistente também a alegada violação aos princípios do contraditório e ampla defesa, pois a matéria discutida nos autos, validade do título de crédito e garantia do aval prestado pelo autor da herança, dispensa instrução processual, sendo a prova apenas documental. Assim, rejeita-se a presente prefacial." (e-STJ fls. 147/148)*

Nesse cenário, a pretensão de alterar o entendimento ora transcrito, quanto à necessidade de produção de prova pericial, demandaria o revolvimento de matéria fático-probatória, o que é inviável em sede de recurso especial, conforme preconiza a Súmula n. 7/STJ. Nessa linha de intelecção, destaca-se:

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - EMBARGOS À EXECUÇÃO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DOS EXECUTADOS/EMBARGANTES.**

(...)

**2. Consoante o princípio do livre convencimento motivado do juiz, este é o destinatário final das provas, de modo que cabe a ele decidir quanto à necessidade ou não dessas, não configurando cerceamento de defesa a decisão pelo julgamento antecipado do feito ou o indeferimento do pedido de produção probatória, especialmente quanto o magistrado entender que os elementos contidos nos autos são suficientes para formar seu convencimento. Precedentes. Incidência das Súmulas 7/STJ e 83/STJ.**

**3. A reforma do acórdão estadual, no sentido pretendido pela parte recorrente, exigiria ilidir a convicção formada nas instâncias ordinárias sobre as cláusulas da avença firmada entre as partes e sobre a existência de determinação, por parte do BNDES, para que a casa bancária não realizasse o repasse das verbas. Incidência das Súmulas 5/STJ e 7/STJ.**

(...)

**5. Agravo interno desprovido."**

(AgInt no AREsp 374.153/RJ, Rel. **Ministro MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 19/04/2018, DJe 25/04/2018 - grifou-se)

Registre-se que o v. acórdão recorrido está em sintonia com a jurisprudência desta eg. Corte no sentido de que havendo elementos substanciais para que o il. Juízo forme seu livre convencimento motivado, não há que se falar em cerceamento

de defesa, pois vigora no direito processual pátrio o sistema de persuasão racional, cabendo ao magistrado autorizar a produção desta ou daquela prova, tendo em vista que lhe cabe a análise da conveniência e necessidade da sua produção. Nesse sentido, destacam-se:

*"AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATO BANCÁRIO. CERCEAMENTO DE DEFESA. PROVA PERICIAL. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO. DECISÃO SINGULAR DE RELATOR. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA DA LIDE. SÚMULA 7 DO STJ. ENTENDIMENTO ADOTADO NESTA CORTE. VERBETE N. 83 DA SÚMULA DO STJ.*

*(...)*

*3. Como destinatário final da prova, cabe ao magistrado, respeitando os limites adotados pelo Código de Processo Civil, a interpretação da produção probatória, necessária à formação do seu convencimento.*

*(...)*

*6. Agravo interno a que se nega provimento."*

(AgInt no AREsp 972.576/RS, Rel. **Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 23/05/2017, DJe 02/06/2017 - grifou-se)

*"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO POR BENFEITORIAS. CITAÇÃO VÁLIDA. INTERRUÇÃO. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. INOVAÇÃO RECURSAL. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. RECURSO NÃO PROVIDO.*

*1. Não há falar em cerceamento de defesa em razão da valoração promovida pelo magistrado das provas coligidas nos autos, porquanto, no nosso sistema processual, o magistrado é o destinatário da prova, cabendo-lhe, por força do artigo 131 do Código de Processo Civil, apreciar livremente as provas apresentadas, devendo apenas fundamentar os motivos que lhe formaram o convencimento.*

*2. A modificação da valoração lançada no v. acórdão recorrido, acerca das provas apresentadas, demandaria a análise do acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ, que dispõe: 'A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.'*

*(...)*

*4. Agravo regimental a que se nega provimento."*

(AgRg no AREsp 127.936/GO, Rel. **Ministro RAUL ARAÚJO**, QUARTA TURMA, julgado em 12/11/2013, DJe 11/12/2013 - grifou-se)

Na espécie, a eg. Corte *a quo*, consignou que o aval prestado sem a outorga uxória não torna o título nulo, mas inoponível ao cônjuge, o que tem a finalidade de proteger os interesses do credor de boa-fé e do cônjuge que não anuiu à garantia. À título elucidativo, colacionam-se os seguintes excertos do v. acórdão vergastado:

*"Quanto a alegada ausência de outorga uxória na prestação do aval, o que levaria a nulidade do título, entendo que também sem razão os Apelantes.*

*O artigo 1.647, III, do Código Civil, apenas caracteriza inoponibilidade do título ao cônjuge que não assentiu, nos termos do Enunciado 114, aprovado na Jornada de Direito Civil, promovida em setembro de 2002, pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal:*

*"o aval não pode ser anulado por falta de vênua conjugal, de modo que o inciso III do art. 1.647 apenas caracteriza a inoponibilidade do título ao cônjuge que não assentiu".*

*Fruto da referida I Jornada de Direito Civil do CJP foi a proposição de modificação do Código Civil em relação ao artigo 1.647, III para que sejam suprimidas as expressões *gou aval h* do texto hoje vigente, sob a seguinte justificativa:*

*Exigir anuência do cônjuge para a outorga do aval é afrontar a Lei Uniforme de Genebra e descaracterizar o instituto.*

*Ademais, a celeridade indispensável para a circulação dos títulos de crédito é incompatível com essa exigência, pois não se pode esperar que, na celebração de um contrato corriqueiro, lastreado em cambial ou duplicata, seja necessário, para a obtenção de um aval, ir à busca do cônjuge e da certidão do seu casamento, determinadora do respectivo regime de bens. (...)*

*Destarte, conclui-se pela validade do aval prestado, devendo ser preservada a meação do cônjuge que não assentiu." (e-STJ, FLS. 149/151)*

A decisão ora recorrida está em consonância com o entendimento atual firmado na jurisprudência desta Corte, que entende que a necessidade de outorga uxória está restrita aos títulos de crédito atípicos. Tratando-se de nota promissória no caso presente caso, não há que se falar em nulidade do aval. Nesse sentido:

**AGRAVO INTERNO. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. TÍTULO DE CRÉDITO TÍPICO. AVAL. NECESSIDADE DE OUTORGA UXÓRIA OU MARITAL. DESCABIMENTO. DISPOSIÇÃO RESTRITA AOS TÍTULOS DE CRÉDITO INOMINADOS OU ATÍPICOS. ART. 1.647, III, DO CC/2002. INTERPRETAÇÃO QUE DEMANDA OBSERVÂNCIA À**

*RESSALVA EXPRESSA DO ART. 903 DO CC, AO DISPOSTO NA LUG ACERCA DO AVAL E AO CRITÉRIO DE HERMENÊUTICA DA ESPECIALIDADE.*

*ENTENDIMENTO PACIFICADO NO ÂMBITO DO STJ.*

1. Por um lado, o aval "considera-se como resultante da simples assinatura" do avalista no anverso do título (art. 31 da LUG), devendo corresponder a ato incondicional, não podendo sua eficácia ficar subordinada a evento futuro e incerto, porque dificultaria a circulação do título de crédito, que é a sua função precípua. Por outro lado, as normas das leis especiais que regem os títulos de crédito nominados, v.g., letra de câmbio, nota promissória, cheque, duplicata, cédulas e notas de crédito, continuam vigentes e se aplicam quando dispuserem diversamente do Código Civil de 2002, por força do art. 903 do Diploma civilista. Com efeito, com o advento do Diploma civilista, passou a existir uma dualidade de regramento legal: os títulos de crédito típicos ou nominados continuam a ser disciplinados pelas leis especiais de regência, enquanto os títulos atípicos ou inominados subordinam-se às normas do novo Código, desde que se enquadrem na definição de título de crédito constante no art.

887 do Código Civil." (REsp 1633399/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 10/11/2016, DJe 01/12/2016)

2. Nessa mesma linha de inteligência, o Enunciado n. 132 da I Jornada de Direito Civil do CJF apresenta a justificativa de que exigir anuência do cônjuge para a outorga de aval resulta em afronta à Lei Uniforme de Genebra.

3. Com efeito, a leitura do art. 31 da Lei Uniforme de Genebra (LUG), em comparação ao texto do art. 1.647, III, do CC/02, permite inferir que a lei civilista criou verdadeiro requisito de validade para o aval, não previsto naquela lei especial. Desse modo, não pode ser a exigência da outorga conjugal estendida, irrestritamente, a todos os títulos de crédito, sobretudo aos típicos ou nominados, porquanto a lei especial de regência não impõe essa mesma condição.

(REsp 1644334/SC, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe 23/08/2018)

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1473462/MG, Rel. **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 29/10/2018 - grifou-se)

*PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE ATO JURÍDICO. AVAL PRESTADO SEM A OUTORGA DA COMPANHEIRA E DO CÔNJUGE DOS AVALISTAS. INTERPRETAÇÃO DO ART. 1.647, III, CC/02.*

*PRINCÍPIOS DE DIREITO CAMBIÁRIO. ATO JURÍDICO*

**VÁLIDO. INEFICÁCIA PERANTE A COMPANHEIRA E O CÔNJUGE QUE NÃO ANUÍRAM. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA RECURSAL. MAJORAÇÃO.**

1. Ação declaratória de nulidade de ato jurídico ajuizada em 2009, da qual foi extraído o presente recurso especial, interposto em 03/06/2016 e redistribuído ao gabinete em 14/08/2017.

2. O propósito recursal é decidir sobre a validade do aval prestado sem a outorga da companheira e do cônjuge dos avalistas.

3. Até o advento do CC/02, bastava, para prestar aval, uma simples declaração escrita de vontade; o art. 1.647, III, do CC/02, no entanto, passou a exigir do avalista casado, exceto se o regime de bens for o da separação absoluta, a outorga conjugal, sob pena de ser tido como anulável o ato por ele praticado.

4. Se, de um lado, mostra-se louvável a intenção do legislador de proteger o patrimônio da família; de outro, há de ser ela balizada pela proteção ao terceiro de boa-fé, à luz dos princípios que regem as relações cambiárias.

5. Os títulos de crédito são o principal instrumento de circulação de riquezas, em virtude do regime jurídico-cambial que lhes confere o atributo da negociabilidade, a partir da possibilidade de transferência do crédito neles inscrito. Ademais, estão fundados em uma relação de confiança entre credores, devedores e avalistas, na medida em que, pelo princípio da literalidade, os atos por eles lançados na cártula vinculam a existência, o conteúdo e a extensão do crédito transacionado.

6. A regra do art. 1.647, III, do CC/02 é clara quanto à invalidade do aval prestado sem a outorga conjugal.

No entanto, segundo o art. 903 do mesmo diploma legal, tal regra cede quando houver disposição diversa em lei especial.

7. A leitura do art. 31 da Lei Uniforme de Genebra (LUG), em comparação ao texto do art. 1.647, III, do CC/02, permite inferir que a lei civilista criou verdadeiro requisito de validade para o aval, não previsto naquela lei especial.

8. Desse modo, não pode ser a exigência da outorga conjugal estendida, irrestritamente, a todos os títulos de crédito, sobretudo aos típicos ou nominados, como é o caso das notas promissórias, porquanto a lei especial de regência não impõe essa mesma condição.

9. Condicionar a validade do aval dado em nota promissória à outorga do cônjuge do avalista, sobretudo no universo das negociações empresariais, é enfraquece-lo enquanto garantia pessoal e, em consequência, comprometer a circularidade do título em que é dado, reduzindo a sua negociabilidade; é acrescentar ao título de crédito um fator de insegurança, na medida em que, na cadeia de endossos que impulsiona a sua circulação, o portador, não raras vezes, desconhece as condições pessoais dos avalistas.

10. Conquanto a ausência da outorga não tenha o condão de

# Superior Tribunal de Justiça

## DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

*invalidar o aval prestado nas notas promissórias emitidas em favor de credor de boa-fé, não podem as recorrentes suportar com seus bens a garantia dada sem o seu consentimento, salvo se dela tiverem se beneficiado.*

*11. Em virtude do exame do mérito, por meio do qual foi rejeitada a tese sustentada pelas recorrentes, fica prejudicada a análise da divergência jurisprudencial.*

*12. Recurso especial conhecido e desprovido, com majoração de honorários.*

(REsp 1644334/SC, Rel. **Ministra NANCY ANDRIGHI**, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe 23/08/2018 - grifou-se )

Como se vê, a orientação da Corte estadual está de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, razão pela qual não merece provimento o recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 568 do STJ.

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 07 de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator